

Atividade vai discutir Reforma do Ensino e BNCC

Após os sucessivos cortes orçamentários, a situação da educação no Brasil é desalentadora

pág. 3



O evento acontece em 10 de outubro, na sede do Sinsej em Joinville, em horário a confirmar

Mala Direta Básica
9912405031/2016 - DR/SC
SIND SERV MUN JVE
Correios



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

___ / ___ / ___
___ / ___ / ___

RESPONSÁVEL

SETEMBRO DE 2018 | NÚMERO 55 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | www.sinsej.org.br



Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

Dada a largada para o 2º Congresso do Sinsej

Atividade terá a participação de delegados eleitos pela categoria e definirá a política a ser aplicada pela entidade

pág. 3

Kályta Morgana de Lima



Regimento que define as regras do Congresso foi aprovado pelo Conselho de Representantes

STF confirma legalidade da terceirização total

Com a decisão do Tribunal, não restam mais dúvidas de que empresas e Estado podem terceirizar suas atividades-fim

pág. 4

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE NA REGIÃO

Toda a categoria está chamada à assembleia dia 25 contra a concessão do serviço de diagnósticos

pág. 3

Alexandre Brum/Agência O Dia



Joinville é uma das cidades que assiste o desmantelamento do seu patrimônio

A triste situação dos museus, da cultura e da ciência no Brasil

pág. 4

EDITORIAL
ULRICH BEATHALTER

O que esperar das eleições?

A atriz Sandra Bullock, no filme "Our brand is crisis", solta uma frase simples, mas genial: "Se as eleições mudassem a vida das pessoas, elas seriam proibidas!". A cada dois anos, somos convidados a renovar nossas esperanças no mundo capitalista, participando das eleições organizadas pela República burguesa – promessa contínua de mudanças e reorganização. Os diferentes partidos e candidatos revezam-se num esforço para nos convencer de que "agora vai ser diferente!", "agora vai dar certo". É tudo tão mágico, fácil, possível. Basta escolher melhor os candidatos, apertar uma tecla na urna eletrônica e – pronto! – seus problemas acabaram!

Ao longo das campanhas, repetem-se as velhas fórmulas do que parece ser um embate entre posições diferentes: uns falam abertamente em privatizar todos os serviços e empresas públicas, enquanto outros falam de mais investimentos públicos, em projetos desenvolvimentistas. Mas quase ninguém fala em romper com o atual sistema. Da direita à esquerda, a maioria dos principais partidos silencia sobre o pagamento dos juros da dívida pública, que consome metade do orçamento federal. A maioria silencia sobre o sistema capitalista em crise, sobre a guerra que os empresários declararam contra os direitos dos trabalhadores, sobre a cobiça dos banqueiros

para pôr a mão no dinheiro da nossa aposentadoria... E quase todos fazem campanhas milionárias pagas com propinas recebidas destes banqueiros e empresários.

Por isso, o momento das eleições é um momento para refletirmos sobre a sociedade em que vivemos. Para avaliarmos o quão o Capitalismo é incapaz de resolver os problemas da humanidade no mundo inteiro. Hoje, há mais de um bilhão de miseráveis no planeta. Ultrapassamos os 80 milhões de desabrigados em consequência das mais de 60 guerras que estão acontecendo. É a maior tragédia humanitária da história. Doenças que deveriam estar extintas reaparecem e ameaçam nossa saúde. O desemprego aumenta. Voltamos a trabalhar mais que há algumas décadas. E poucas famílias acumulam as maiores fortunas da história. Enquanto as terras, bancos e fábricas continuam a ser usados para o lucro de alguns – e não para matar a fome e resolver os problemas das pessoas – os problemas só aumentarão.

É hora de mudar o sistema. Então, nada de os trabalhadores se dividirem na falsa polarização eleitoral. Unidade total na luta pela defesa dos direitos, do serviço público, por melhores condições de vida e de trabalho para todos. Nenhuma confiança na hipocrisia burguesa, todo esforço na construção de uma nova sociedade.



A cada dois anos os trabalhadores são convidados a votar e renovar as esperanças no mundo capitalista

CHARGE - SANDRO SCHMIDT



CURTAS

Envie pautas para jornalismo@sinsej.org.br

Tiago de Carvalho

Ipreville e Prefeitura (1)

A aplicação da multa ao prefeito Udo Döhler, por causa do atraso "contumaz" no pagamento das contribuições previdenciárias patronais ao Ipreville, é uma prova de que nem o Tribunal de Contas consegue esconder a irresponsabilidade da Prefeitura. A multa aplicada é de apenas R\$ 1,1 mil, insignificante perto dos valores parcelados. Não há saída para os servidores no campo judicial, apenas com mobilização e luta.

Ipreville e Prefeitura (2)

A dívida da Prefeitura com o Ipreville chega quase a R\$ 1 bilhão. São R\$ 200 milhões parcelados em cotas previdenciárias, mais de R\$ 740 milhões de déficit atuarial e mais de R\$ 380 mil de parcelamentos de imóveis. A categoria precisa se organizar com seus métodos históricos de luta para impedir mais parcelamentos. A luta pela defesa da Previdência está nas mãos dos trabalhadores.

Acordo de greve em Itapoá

O Sinsej continua cobrando da Prefeitura de Itapoá o cumprimento de um dos acordos da Campanha Salarial deste ano: a adequação da lei que trata da lotação dos servidores. A reivindicação

IMAGEM DO MÊS



Sinsej no Grito dos Excluídos

Em 7 de setembro, o Sinsej participou desse tradicional bloco de luta, levando faixas contra a Reforma da Previdência, a terceirização e a destruição do patrimônio cultural.

ção é que a adequação no estatuto seja estendida a todas as unidades, independente da secretaria a qual pertence.

Processos em Itapoá

O sindicato tem acompanhado com atenção a abertura de processos administrativos a servidores que têm duplo vínculo no serviço público. A acumulação de cargos está prevista na Constituição, desde que haja compatibilidade de horário. O Sinsej está fiscalizando se esses episódios não caracterizam perseguições políticas na cidade.

Seminário em Itapoá

Em 16 de julho de 2008 era sancionada a Lei 11.738/08 – a Lei do Piso Salarial Profissional do Magistério. A promessa era que os profissionais seriam reconhecidos e melhor remunerados. Infelizmente, muitos estados e cidades não cumprem a Lei. Na prática, o piso de referência tem se tornado o teto do magistério.

Para discutir isso, o Sinsej lança o Seminário "10 anos do Piso Nacional do Magistério: devemos comemorar?". O evento será no dia 3 de outubro, às 18h30, na Associação de Idosos Maria Izabel (Rua do Príncipe, 1.130). Participe!

Participe do 2º Congresso do Sinsej

A eleição dos delegados acontece de 1º a 31 de outubro e a inscrição até 9 de novembro

JOINVILLE - A direção do Sinsej, com aprovação do Conselho de Representantes, lança a convocatória do 2º Congresso do Sinsej, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de novembro, no Hotel Tannenholz. “Essa atividade de discussão, formação e preparação, que irá traçar o plano de lutas para a categoria para os próximos três anos, acontece em um momento de extrema relevância para a classe trabalhadora”, disse o presidente da entidade sindical, Ulrich Beathaler.

Em todo o mundo, os patrões e governos lançam uma ofensiva para retirar direitos dos trabalhadores e destruir os serviços públicos. O Congresso pretende abordar esses ataques, armar e preparar politicamente os servidores de Joinville, Garuva e Itapoá para o enfrentamento no próximo período. A atividade também abordará a necessidade de organização da classe trabalhadora para construir uma alternativa, um mundo mais justo e igualitário, socialista.

Programação

Durante os três dias serão discutidos: conjuntura internacional, nacional e local, balanço da gestão 2016-2019, organização sindical: reforma estatutária e estrutura do Sinsej e plano de lutas.

A abertura, no dia 22 de setembro, às 19 horas, terá a apresentação das teses inscritas e do regimento do Congresso. No dia seguinte, na parte da manhã, se-

rão montados os grupos de trabalho para discussão de conjuntura, balanço da gestão, organização sindical e plano de lutas. À tarde, a partir das 14 horas, será realizado um debate sobre o aumento da opressão aos trabalhadores e a necessidade de construir uma organização mundial de combate por um mundo mais justo e igualitário. Quem conduz a discussão é o jornalista e dirigente da Esquerda Marxista Serge Goulart.

No último dia, das 8 às 12 horas, acontece a plenária de encerramento, com aprovação do plano de lutas para os próximos três anos de gestão.

Inscrições de delegados e teses

Poderão participar do Congresso delegados natos e eleitos em assembleia, com direito a voz e voto, observadores e convidados, com direito à fala. Apenas filiados podem se candidatar. A eleição dos delegados acontece de 1º a 31 de outubro e a inscrição dos eleitos deve ser feita até o dia 9 de novembro.

A inscrição das teses e contribuições poderá ser realizada entre os dias 17 a 28 de setembro. Os documentos serão disponibilizados para apreciação da categoria em meio digital a partir do dia 2 de outubro. O Regimento Interno, com todas as regras sobre o Congresso, foi aprovado pelo Conselho de Representantes em 29 de agosto e está disponível no site do sindicato (www.sinsej.org.br).

Kályta Morgana de Lima



Regimento interno do 2º Congresso do Sinsej foi aprovado na última reunião do Conselho de Representantes

Contra a privatização da Saúde

Aline Seitenfus



Projeto prevê concessão do serviço de diagnóstico de toda a região

JOINVILLE - Os servidores estão chamados com urgência a se mobilizar. Tramita na Câmara de Vereadores um projeto que autoriza a concessão para a iniciativa privada dos serviços de diagnóstico de toda rede pública de Joinville e da macrorregião nordeste do estado. O PL 191/2018 cede espaço dentro do Hospital São José para a instalação de um Centro de Diagnóstico Integrado operado por uma empresa concessionária, com um contrato inicial de 10 anos, que pode ser prorrogado por mais 10.

O assunto será discutido pelo Conselho de Representantes no dia 19 de setembro, às 19 horas, no Sinsej. No dia 25 de setembro, haverá uma assembleia geral da categoria, às 19 horas, também no sindicato.

Insegurança

A expressão “diagnóstico” é ampla e gera insegurança sobre quais setores serão privatizados. O certo é que a medida não afeta só o Hospital São José, mas os Pronto Atendimentos, Laboratório Municipal e toda a rede de saúde dos municípios da região.

Para o Sinsej, o repasse à iniciativa privada de um serviço-fim do Estado como esse é um precedente que coloca em risco todo o serviço público. Significa o mesmo que privatizar um posto de saúde ou uma escola.

Privatização

O envio desse projeto explica a demora de um novo concurso público na cidade, já que os cargos para o novo Centro não serão concursados. O avanço da privatização vai precarizar o atendimento à população principalmente porque introduz a lógica do lucro. Para que sobre mais dinheiro, são pagos salários menores, atendimentos e estrutura são baixados etc. O Ipreville também sofrerá os impactos da falta de contratação por concurso.

Na mensagem da Prefeitura anexa ao PL, algumas informações chamam atenção. Em 2017, as unidades próprias e contratadas pelo SUS em Joinville realizaram 3.797.408 procedimentos de diagnóstico. Só o Hospital São José atende uma população de cerca de 1 milhão de pessoas – Joinville e região. Com a aprovação do projeto, apenas uma empresa privada atenderá toda essa de-

manda. É uma grande reserva de mercado. Além disso, com o aumento do desemprego, o número de usuários do SUS deve aumentar.

Mobilização

A Lei da Terceirização sem Limites, de 2017, e a recente decisão do STF (ver p. 4) conferem legalidade ao projeto da Prefeitura. Esses foram ataques profundos ao serviço público e à classe trabalhadora brasileira. No entanto, com organização, mobilização e luta ainda é possível barrar a aplicação dessas medidas. Todos os servidores estão convocados a se erguerem contra a aprovação do projeto. No São José, os diretores do Sinsej estão proibidos de entrar há meses – e agora o motivo está claro. Diante disso, é de extrema importância a presença dos trabalhadores do local nas atividades.

O que está em jogo com a Reforma do Ensino?

JOINVILLE - Em meio à campanha eleitoral, sobram planos e promessas de valorização da educação. Porém, na prática, o que acontece é um verdadeiro desmonte promovido pelo governo Temer, com o consentimento do Congresso Nacional, do Senado e dos mesmos partidos que agora se lançam na disputa por cargos políticos para o próximo período.

Após sucessivos cortes orçamentários e a aprovação da Emenda 95, que congelou os gastos públicos por 20 anos, o cenário que vemos na educação brasileira é desalentador. O Brasil está preso a um baixíssimo patamar de investimentos até 2037. O orçamento do Ministério da Educação para 2019 é praticamente igual ao de 2017: R\$ 108 bilhões.

Para economizar, o governo federal mudou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),

autorizando os estados a aplicar parte do orçamento em ensino à distância (EAD), inclusive em plataformas privadas.

Venha discutir a Reforma do Ensino e a BNCC em 10/10, no Sinsej

A BNCC, longe de ser fruto de discussão aberta, ampla e com envolvimento de diversos setores da sociedade, está sendo empurrada goela abaixo: flexibiliza conteúdos (só português e matemática são disciplinas obrigatórias no Ensino Médio), fecha escolas, reduz vagas para professores formados, barateia a mão de obra, enfim, cumpre a cartilha perversa do mercado, em detrimento da

qualidade de ensino público ofertado aos filhos dos trabalhadores.

Não bastasse, a articulação com setores fundamentalistas (Escola “Sem Partido”) leva para dentro da escola um debate conservador e autoritário, fazendo a educação retroceder em pautas que antes promoviam a discussão de gênero, orientação sexual, a tolerância e o combate ao preconceito e à violência.

Educadores podem resistir! O Sinsej defende a revogação total da Reforma do Ensino Médio e da BNCC e quer promover o diálogo com toda a sociedade sobre o significado dessas medidas. Participe. Venha integrar a luta contra a destruição da educação pública.

A atividade será no dia 10 de outubro, na sede do sindicato (Rua Lages, 84), em horário a ser confirmado.

Ricardo Moraes/Reuters



O incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, foi uma tragédia anunciada pela brutal redução de verbas para sua manutenção nos últimos cinco anos

Museus, ciência, cultura e a ameaça das Organizações Sociais

Repassar os serviços do Estado à iniciativa privada não é a solução

Flávia Cristina Antunes
flaviaantunes@sinsej.org.br

A trágica maneira como o Museu Nacional do Rio de Janeiro foi “incinerado”, no último 2 de setembro, escancara aos olhos do mundo o descaso com a cultura e a ciência por parte da burguesia e de seu Estado. Cada vez se tornam mais escassos para os jovens filhos da classe trabalhadora a possibilidade de acesso à ciência e aos espaços de memória.

Por muito tempo, os museus foram lugares destinados ao deleite das elites e constituíam-se nos chamados gabinetes de curiosidades recheados de toda sorte de artefatos, animais empalhados e obras de arte, advindos de saques, espólios de guerra, presentes e doações.

Após a segunda guerra mundial e, mais tarde, durante a abertura política na década de 1970, os museus enquanto lugares de memória passaram a ser reivindicados, disputados e ocupados por outros grupos, que queriam ver-se inseridos na história. Judeus, negros, indígenas, migrantes, imigrantes e perseguidos políticos tiveram suas memórias pela primeira vez expostas aos olhos do mundo.

As gerações que se seguiram estabeleceram outro tipo de relação com esses lugares e o contato com áreas da ciência muito distantes do cotidiano, até então, passaram a se tornar parte do repertório de muitas crianças e jovens. Daí o papel fundamental do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Junto a algumas dezenas de museus no Brasil – entre eles o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – ele popularizou a arqueologia, a paleontologia, a antropologia física, a etnologia e a museologia, oferecendo ao público por meio da educação patrimonial, as lentes de uma infinidade de disciplinas, que ajudam a perceber a sutileza dos sentidos das coisas no mundo.

O que queimou na noite de 2 de setembro foi parte dessa luta dos trabalhadores dessas instituições, em tornar esses espaços acessíveis e atraentes a ponto de influenciar milhares de jovens a seguirem carreiras voltadas às ciências e às artes.

Junto com o desaparecimento de Luzia, a ancestral mais antiga das Américas, perde-se todo o trabalho de pesquisa organizado e financiado pelo Estado e realizado por

servidores de carreira em sua maioria. As cinzas nem tinham esfriado ainda e o ministro da Educação declarou que “tão estratégico como a recuperação do museu, é a mudança do modelo de gestão”. Ao criticar o atual modelo de gestão dos museus públicos, o ministro explicita a lógica da descentralização da ação estatal, abrindo espaço para o engodo das Organizações Sociais.

Esse modelo é uma iniciativa copiada pelo governo neoliberal de FHC de um programa britânico de Margaret Thatcher da década de 1970, que trata da gestão de um bem a serviço público pela iniciativa privada e é uma das facetas da lógica do Estado mínimo. Com a dispensa de processo licitatório, a organização social é um buraco negro para o dinheiro público. Além disso, precariza as relações de trabalho, na medida em que deixa de realizar concursos e paga salários mais baixos, terceirizando serviços irrestritamente e desrespeitando os princípios básicos que regem a administração pública.

Nesse cenário de desmonte, não só o futuro do Museu Nacional do Rio é extremamente incerto, mas o de todos

os museus públicos do Brasil. E isso inclui os de Joinville. Com quatro museus e um arquivo histórico, entre outras instituições de memória, Joinville é uma das cidades brasileiras que assiste o dismantelamento de seus patrimônios. As unidades que guardam e cuidam do patrimônio cultural estão sucateadas com acervos mal acondicionados, reservas técnicas inadequadas, falta de acessibilidade, edificações mal conservadas e insalubres (infiltrações, enchentes, rachaduras, mofo, instalações elétricas e hidráulicas precárias etc.), quadro técnico de servidores insuficiente e falta de planejamento.

É preciso que os trabalhadores e os jovens tomem para si a defesa do nosso riquíssimo patrimônio, reivindiquem a qualidade e gratuidade do acesso a ele. Pois, em última instância, qualquer modelo que transfira para a iniciativa privada a responsabilidade do Estado pelo oferecimento e manutenção dos serviços públicos é um modelo que propõe a manutenção do enriquecimento dos grandes empresários e banqueiros, condenando a classe trabalhadora e seus filhos à ignorância.

STF aprova terceirização sem limites

Não restam dúvidas, agora é considerado constitucional terceirizar atividades-fim. Essa decisão foi tomada pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 30 de agosto. Mesmo com a aprovação da Lei das Terceirizações e da Reforma Trabalhista, não era precisa a informação sobre a terceirização total da contratação de trabalhadores nos setores privado e público.

A partir de agora, qualquer função poderá ser terceirizada (médicos, professores e engenheiros são alguns exemplos). Isso pode representar o fim dos concursos, o sucateamento e a precarização dos serviços mantidos pelo Estado – como saúde e educação.

Além de comprometer os serviços públicos, a terceirização representa um duro ataque aos trabalhadores em geral. Um estudo feito pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) mostrou que os trabalhadores terceirizados recebem 25% a menos em salários, trabalham 7,5% (três horas) a mais que outros empregados e ficam menos da metade do tempo no emprego. Além disso, muitas vezes trabalham em locais insalubres e sofrem mais acidentes.

Mobilização

A única saída para a classe trabalhadora é a organização e a luta. As eleições não vão resolver a atual situação, que é consequência de uma crise estrutural do sistema econômico. Toda a população, em especial os servidores, é chamada a se mobilizar em defesa dos serviços públicos. Mas acima de tudo, é necessário ir além e derrubar todo esse sistema, que condena a maioria em benefício de uma minoria.



www.sinsej.org.br
www.sinsej.org.br/blog
sinsej@sinsej.org.br
Facebook: Sinsej

DIREÇÃO

Ulrich Beathalter
Presidente
Mara Lúcia Tavares
Secretária Geral
Flávia Antunes
Tesoureira

Josiano Godoi

Secretário de Comunicação
João Batista Verardo
Secretário de Assuntos Jurídicos
Marcio Avelino do Nascimento
Secretário de Formação Sindical
Antonio Félix Mafra
Secretário de Patrimônio

Edson Luiz Tavares

Diretor Sindical
Ninon da Rosa Peres
Diretora Sindical
Deise Regina Pereira de Lima
Diretora Sindical

ELABORAÇÃO

Francine Hellmann
Jornalista - MTB 4946/SC
Aline Seitenfus
Kályta Morgana de Lima